

Os prédios antigos de Belo Horizonte como corpo da identidade mineira

Rafaela dos Reis Büttner

Universidade do Estado de Minas Gerais
<http://lattes.cnpq.br/1320284327380696>
rafa.biittner@gmail.com

João Vitor do Vale Marques

Universidade do Estado de Minas Gerais
<http://lattes.cnpq.br/9597380245967820>
jvitor.vale.marques@gmail.com

Rita Aparecida da Conceição Ribeiro

Universidade do Estado de Minas Gerais
<http://lattes.cnpq.br/5074309517644166>
rribeiroed@gmail.com

Resumo

Este artigo propõe uma reflexão sobre a ocupação contemporânea de prédios antigos no hipercentro de Belo Horizonte, observando como os mesmos se tornam polos de memória, identidade e resistência em meio à lógica da padronização urbana. Aqui discute-se a ressignificação simbólica desses espaços e sua função na preservação e salvaguarda da identidade belo-horizontina. Observa-se então que essas edificações são territórios socialmente permanentes e carregados de significados, onde o design, a socialização, a estética e o cotidiano se articulam para manter evidente diferentes formas de convivência urbana, reafirmando o valor da cidade vivida sobre a cidade planejada. Essas edificações, muitas vezes escondidas na paisagem urbana, resistem ao apagamento histórico e cultural, mantendo vivas práticas tradicionais e a autenticidade da capital mineira.

Palavras-chave

Paisagem urbana; design e cidade; Belo Horizonte; representações sociais.

The old buildings of Belo Horizonte as the body of Minas Gerais identity

Abstract

This article proposes a reflection on the contemporary occupation of old buildings in the hypercenter of Belo Horizonte, observing how they become poles of memory, identity, and resistance amidst the logic of urban standardization. It discusses the symbolic re-signification of these spaces and their role in preserving and safeguarding the identity of Belo Horizonte. These buildings are seen as socially enduring territories imbued with meaning, where design, socialization, aesthetics, and everyday life intertwine to uphold diverse forms of urban coexistence, reaffirming the value of the lived city over the planned city. Often hidden within the urban landscape, these buildings resist historical and cultural erasure, keeping traditional practices and the authenticity of the Minas Gerais capital alive.

Keywords

Urban landscape; design and the city; Belo Horizonte; social representations.

1 A escolha por uma metodologia social

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa e interpretativa, estruturada a partir de procedimentos de análise documental, observação direta e fundamentação teórica. O objetivo central foi compreender como prédios antigos localizados no hipercentro de Belo Horizonte — em especial o Maletta, o Acaiaca, a Galeria Sulacap e o Edifício Santa Maria — configuram-se como territórios de memória, identidade e resistência cultural.

A escolha dos edifícios analisados não se deu de maneira aleatória, mas foi orientada por critérios específicos. Em primeiro lugar, todos se encontram no hipercentro de Belo Horizonte, região marcada pela sobreposição de fluxos urbanos, usos e disputas simbólicas. Além disso, são construções estruturadas entre as décadas de 1930 e 1960, representativas de estilos como art déco e modernismo, cuja permanência contrasta com a dinâmica de modernização do centro. Em sequência, todos os edifícios escolhidos apresentam atividades culturais contemporâneas que extrapolam suas funções originais, abrigando bares, cafés, sebos, galerias, estúdios ou espaços coletivos que se tornaram polos de sociabilidade e resistência à padronização urbana.

Os procedimentos de coleta de dados combinaram três frentes complementares. A primeira consistiu em um levantamento bibliográfico e documental, que envolveu a consulta a obras clássicas e contemporâneas dos campos da geografia, do urbanismo, da teoria do design e das representações sociais, incluindo autores como Certeau, Lefebvre, Santos, Moscovici e Nora, bem como registros históricos sobre os edifícios em fontes secundárias. A segunda frente correspondeu à observação direta, realizada por meio de visitas presenciais entre os meses de janeiro a maio de 2025, com registros em diário de campo e anotações fotográficas não sistematizadas, que buscaram captar os usos e formas de apropriação, além de elementos estéticos dos espaços. A terceira frente envolveu um mapeamento empírico da ocupação cultural, no qual foram identificadas outras atividades alternativas presentes nos edifícios, observando-se como esses usos contemporâneos dialogam com a memória social e urbana.

A análise foi orientada por uma perspectiva organizada em três dimensões, que serão identificadas pelo leitor ao longo do artigo. A dimensão espacial concentrou-se na compreensão do edifício como território, marcado por disputas entre o planejado e o vivido, em diálogo com autores como Haesbaert e Lefebvre. A dimensão simbólica buscou identificar elementos de memória, identidade e resistência cultural, a partir das reflexões de Halbwachs, Nora e Castells. Já a dimensão do design e da estética voltou-se para as materialidades, ambiências e soluções visuais presentes nos espaços, compreendidas como recursos de construção de autenticidade e pertencimento, conforme argumentam Baudrillard, Relph e Cavalcanti.

Por fim, é importante reconhecer as limitações da pesquisa, que possui caráter exploratório e interpretativo, sem pretensão de esgotar o tema. As observações foram realizadas de forma não sistemática, mas ensaística, propondo uma reflexão acerca da utilização do espaço urbano. Ainda assim, a combinação entre a observação empírica, a seleção dos casos (edifícios) e o suporte teórico utilizado na investigação pôde fornecer consistência crítica à análise, reforçando a importância desses edifícios enquanto espaços de memória, resistência e produção simbólica da cidade.

2 A identidade escondida de Belo Horizonte

No coração de Belo Horizonte, cidade planejada desde sua origem para representar a modernidade republicana brasileira, pulsa um outro tipo de modernidade: silenciosa, íntima e resistente. Trata-se da presença de bares, cafés, centros culturais e pequenos teatros instalados em andares superiores, térreos discretos ou fundos de prédios antigos, muitos deles construídos nas décadas de 1930 a 1960. Esses espaços, quase invisíveis ao olhar apressado do cotidiano urbano, tornam-se refúgios da tradição e da memória social da cidade.

A verticalização do centro de Belo Horizonte ao longo do século XX resultou em uma arquitetura que mistura art déco, modernismo e eclética, como se observa em edifícios como o Maletta, o Acaiaca, o Sulacap e o Santa Maria. Muitos desses edifícios foram originalmente destinados a fins comerciais e residenciais, mas ao longo das décadas passaram a abrigar uma variedade de usos, muitos deles ligados à boemia, à cultura alternativa e à resistência política e artística (SOUZA, 2010). O Edifício Maletta, por exemplo, tornou-se um símbolo dessa pluralidade urbana: com suas galerias internas, bares tradicionais, sebos e espaços culturais, funciona como uma microcidade que atravessa gerações.

A resignificação e reinterpretação desses espaços revela-se como uma característica estrutural de sua existência: são lugares que não aparecem nas fachadas, tampouco nas grandes vitrines do consumo contemporâneo. São necessários hábitos de observação, indicações de conhecidos ou uma disposição exploratória para explorá-los além de seu viés comercial original. Essa lógica do “esconderijo urbano” está alinhada ao que Michel de Certeau (1994) chama de “práticas espaciais do cotidiano”, aquelas que resistem ao planejamento racional e aos dispositivos de controle da cidade moderna, de forma que esses espaços desafiam o tempo e o mercado. Em meio ao avanço de experiências gourmet padronizadas, os comércios de prédios antigos preservam cardápios tradicionais, móveis de época e uma sociabilidade mineira que se constrói a partir do pertencimento cidadão e do orgulho regional. Eles formam aquilo que Milton Santos (2002) denominou de “horizontalidade”, ou seja, práticas de ocupação do espaço que priorizam o vínculo e a permanência, em oposição à fluidez acelerada da urbanização globalizada.

A apropriação desses edifícios por práticas culturais e boêmias é também uma forma de reexistência: ao ocupar o antigo e reestruturar o sentido de existência daquela construção, o habitante da cidade constrói narrativas que escapam à lógica do progresso linear. Contudo, essa ocupação não se dá sem conflito: envolve disputas patrimoniais, tensionamentos entre o novo e o velho, e até mesmo resistências estéticas à presença desses lugares na paisagem urbana contemporânea, marcada pela padronização e pela mercantilização do espaço (CHOAY, 2001).

Assim, este artigo parte da observação empírica de espaços prediais e verticais para refletir sobre como esses espaços escondidos dentre as avenidas lotadas da capital constituem formas de manter viva a tradicionalidade de Belo Horizonte — uma cidade cada vez mais tensionada entre o desejo de modernização e a permanência de suas raízes culturais.

3 A pluralidade vertical e a ocupação da cidade

Ribeiro (2010) discorre que o espaço urbano deve ser entendido em sua complexidade, como condição, meio e também produto da própria reprodução social. Nessa perspectiva, estudar a cidade a partir de suas manifestações culturais significa ir além do fenômeno em si, levando em consideração o contexto histórico-social que o originou, bem como as normas, convenções e formas de circulação e apropriação simbólica que moldam sua existência. Trata-se, portanto, de reconhecer a cidade como um campo de produção de sentidos em constante transformação.

No campo do design, especialmente quando se trata da leitura e intervenção em espaços urbanos, é fundamental compreender o território não apenas como um recorte físico, mas como uma instância carregada de significados. Conforme propõe Haesbaert (1994, 2004, 2005, 2007), o território articula simultaneamente dimensões materiais e simbólicas, sendo constituído por relações de apropriação e de poder. Ele se estrutura como um espaço vivido, marcado por usos, disputas e camadas de sentido atribuídas pelos sujeitos que o habitam ou o atravessam. Nesse contexto, o território pode ser interpretado como um suporte para identidades e representações, moldado tanto por práticas cotidianas quanto por forças institucionais.

4 Os edifícios e suas ressignificações espaciais

O Edifício Maletta é, talvez, o maior símbolo da vida cultural alternativa e tradicional do centro de Belo Horizonte. Inaugurado em 1957, sua estrutura de uso misto abriga centenas de salas comerciais e residenciais, além de uma galeria interna com bares, sebos e restaurantes que marcaram gerações, preservando modos de sociabilidade típicos da capital mineira. Ali, a ocupação informal de corredores por mesas e cadeiras ressignifica o espaço originalmente funcional em território de encontro. Pontuando o pensamento de Halbwachs (2006) sobre a memória coletiva da cidade, por ser frequentado por artistas, jornalistas, professores e militantes, o Maletta articula camadas de práticas culturais que escapam da lógica utilitarista da cidade, onde observa-se que seu valor patrimonial está menos na edificação e mais na vivência que a perpassa.

Já o Edifício Acaiaca – construído entre 1943 e 1947 e tornando-se uma das maiores expressões do art déco mineiro –, apesar de sua imponência, seu interior abriga espaços discretos, como cafés, escritórios e salas de aula. Em andares superiores, ocorrem eventos literários, aulas de capoeira e reuniões políticas, compondo um universo cultural inerente às ocupadas ruas da cidade. Segundo Corrêa (2004), a experiência urbana nesses edifícios depende da maneira como esses espaços são observados, isto é, da capacidade de construir relações simbólicas e memórias a partir da vivência cotidiana. O Acaiaca, nesse sentido, funciona como um labirinto memorial, onde cada sala e corredor carrega um traço da história da cidade.

A cidade também abriga a Galeria Sulacap, marcada por sua arquitetura modernista e sua função de corredor urbano. A galeria, apesar de parecer um centro comercial comum, abriga livrarias, cafés, lojas tradicionais e pequenos auditórios. Sua forma de galeria interna permite o cruzamento de fluxos e a geração de sociabilidades espontâneas — como propõe Lefebvre (2004), o espaço urbano se faz na prática cotidiana: para ele, o espaço não é algo neutro ou dado, mas sim socialmente construído — resultado das ações, relações e representações das pessoas que o vivem no dia a dia. Além disso, a Sulacap tornou-se palco de saraus e mostras independentes, compondo o que Guattari (1992) assimila como práticas culturais de pequena escala, mas com grande potência simbólica e subjetiva.

Ainda próximo, localizado na Rua da Bahia, o Edifício Santa Maria é menos conhecido que os demais, mas concentra iniciativas que misturam vida profissional e expressões culturais alternativas. Seus andares superiores abrigam estúdios de design, salas de ensaio musical e coletivos de arte, funcionando como um "habitat cultural de baixa visibilidade" (CANCLINI, 2006). A ocupação desse edifício revela como espaços originalmente voltados ao trabalho passam a abrigar experimentações e redes criativas. A dificuldade de acesso e a ausência de sinalização externa reforçam sua lógica de "espaço escondido", acessível apenas aos frequentadores que outrora já conheciam e frequentavam o espaço.

Ao refletir sobre como as cidades são lugares de memória, afetividade e imaginação, Wenders (1994) defende que a verdadeira paisagem urbana não se revela nas imagens promocionais e nas fachadas

limpas, mas nos detalhes esquecidos, nas frestas, nos gestos cotidianos e naquilo que escapa à normatividade do olhar turístico ou funcional. Esses elementos, segundo ele, são os que carregam verdadeiramente o espírito da cidade.

A leitura social dos espaços se aplica diretamente aos edifícios analisados neste artigo — Maletta, Acaiaca, Sulacap e Santa Maria — cujas fachadas ocultam universos de sociabilidade, arte, resistência e memória. O que para a cidade parece apenas mais uma parte da construção do centro, Wenders enxergaria como essencial: uma paisagem urbana que se revela não apenas no visível, mas no vivido, onde traços da vida cotidiana ganham sentido estético e político.

5 Design e identidade como marcadores de pertencimento

A estética dos interiores dos bares e galerias localizados em edifícios históricos de Belo Horizonte opera como um discurso silencioso de resistência. Muitos desses espaços fazem uso deliberado de elementos visuais do passado — ladrilhos hidráulicos, iluminação amarelada, vitrais antigos, *lettering*¹ manual, mobiliário de madeira escura — que remetem à materialidade de uma outra temporalidade. Esses elementos funcionam como aquilo que Nora (1993) denomina “lugares de memória”, cuja permanência visual ativa afetos e pertencimentos coletivos.

Segundo Baudrillard (1991), o design não é apenas funcional, mas também simbólico: ele comunica uma visão de mundo. Ao manter elementos do passado em sua identidade visual, os bares e cafés desses prédios antigos não apenas resgatam uma estética vintage, mas constroem um valor de autenticidade e resistência ao consumo massivo. Cavalcanti (2015) observa que o design moderno brasileiro carrega uma forte dimensão simbólica, especialmente quando dialoga com elementos regionais e populares. Esse design não opera apenas nos objetos, mas no espaço como um todo: a disposição das mesas, a ausência de divisórias rígidas, a escolha de trilhas sonoras e até o cheiro de madeira e café criam atmosferas que evocam pertencimento e intimidade. São experiências sensoriais que, como afirma Relph (1976), contribuem para a construção do “sentido de lugar” — uma conexão profunda entre sujeitos e ambientes. Tal sentido de lugar opõe-se ao sentido denominado “*placelessness*”, ou seja, a homogeneização dos espaços que perdem suas características únicas e identitárias — um fenômeno associado à modernidade, à padronização urbana e ao avanço do urbanismo comercial e funcionalista.

O design visual e espacial desses locais, portanto, é um campo de disputa simbólica: entre o moderno e o tradicional, entre o homogêneo e o singular, entre o passageiro e o permanente. Ele marca o espaço como distinto e, ao mesmo tempo, como familiar. É por essa via que esses locais reafirmam sua função enquanto “ilhas de identidade” (AUGÉ, 1994), em meio ao anonimato das grandes cidades.

Além do design, geograficamente a ocupação de prédios antigos por bares, cafés e espaços culturais configura uma prática de reterritorialização e ressignificação espacial. Os indivíduos e coletivos que frequentam esses locais ressignificam o centro da cidade não como mero espaço de passagem, mas como território simbólico de convivência e criação. Tal fenômeno reforça a noção de que o espaço urbano não é apenas físico, mas também social, simbólico e relacional (LEFEBVRE, 2004; MASSEY, 2008).

A geografia social desses espaços é marcada por interações que desafiam o isolamento das grandes cidades. Nos corredores do Maletta, nas escadas do Santa Maria ou nas galerias Sulacap, formam-se microesferas públicas, onde o diálogo entre diferentes gerações e grupos sociais se torna possível. Esses encontros são facilitados pela própria morfologia do espaço — que, por ser fechado, denso e

¹ Escrita manual, como logotipos e fachadas pintadas à mão com o uso de moldes.

verticalizado, intensifica o contato e reduz a dispersão. Além disso, como pontua Haesbaert (2004), a territorialidade múltipla desses espaços permite que um mesmo local tenha significados diferentes para distintos grupos: para alguns, o Maletta é sinônimo de boemia; para outros, é refúgio intelectual; para outros ainda, é lugar de trabalho. Essa mistura de sentidos reforça a ideia de que esses edifícios antigos são palimpsestos² urbanos — espaços continuamente reescritos por seus usuários.

No campo das representações sociais, essas ocupações contribuem para a construção de uma identidade belorizontina alternativa: menos institucional, mais pessoal; menos formal, mais compartilhada. Moscovici (2003) afirma que as representações sociais emergem da necessidade de tornar familiar aquilo que é estranho — nesse sentido, os espaços tradicionalmente invisíveis passam a ser apropriados como lugares de memória e identidade. Esse fenômeno também dialoga com as noções de identidade social urbana discutidas por Castells (1999), que argumenta que a cidade é palco de lutas simbólicas, onde grupos buscam reconhecimento, visibilidade e direito ao espaço. A permanência e revitalização dos espaços comerciais e culturais em prédios antigos operam, assim, como práticas de resistência simbólica e cultural frente à homogeneização do tecido urbano contemporâneo.

6 A salvaguarda das identidades tradicionais

A paisagem urbana de Belo Horizonte, em especial em seu hipercentro, revela uma cartografia simbólica marcada por tensões entre o visível e o oculto, o planejado e o vivido, o moderno e o tradicional. Ao longo deste artigo, foi analisado como as edificações antigas funcionam a partir de uma ressignificação espacial, estética e social, desafiando a homogeneização urbana e a lógica dominante da inovação acima do traçado histórico de um espaço.

Tais espaços demonstram que o urbano não é somente aquilo que se vê, mas aquilo que se sente, se vivencia e se reconstrói diariamente por meio de práticas sociais, onde a aparente nova ocupação desses locais na dinâmica acelerada da cidade contemporânea é mostrada por seu papel na manutenção de formas alternativas de sociabilidade, criação e resistência simbólica. Teorizando que o espaço habitado é sempre mais que um espaço geométrico — é também um espaço sonhado, imaginado e lembrado, nesse sentido, os espaços analisados se constituem como espaços de memória, mas que também abrem possibilidades para novas apropriações e sentidos.

Os interiores desses locais, com sua estética que permeia o passado preservado e o presente reinterpretado, operam como zonas de experimentação em uma cidade marcada pela busca incessante pela novidade. Ao contrário da lógica de consumo que guia os novos empreendimentos urbanos, aqui o design atua como agente de identidade: partem de um desenho visual que constrói pertencimento e autenticidade. Essa estratégia estética desafia uma produção vazia do consumo massivo e propõe um retorno à experiência e à tradicionalidade, onde as edificações antigas oferecem um contraponto à lógica da obsolescência programada dos espaços urbanos e revelam que a cidade pode — e deve — ser também espaço de reexistência.

Observando que o espaço não é estático, mas composto por relações em constante construção, os edifícios centrais de Belo Horizonte se tornam, assim, lugares onde diferentes tempos e práticas se entrelaçam, de forma que o passado não é apagado, mas reescrito a cada nova ocupação. Dessa forma, as ocupações culturais e comerciais nesses prédios não são apenas reinterpretações econômicas, mas

² Em seu livro *"Present Pasts: Urban Palimpsests and the Politics of Memory"* (2003), Andreas Huyssen argumenta que as cidades não são apenas cenários do presente, mas locais onde diferentes camadas de tempo — ruínas, memórias, reconstruções — convivem simultaneamente, como em um palimpsesto, isto é, um manuscrito reescrito várias vezes, mas que ainda conserva vestígios das inscrições anteriores.

sim práticas de resistência simbólica e de produção de sentidos urbanos que moldam o tecido social e arquitetônico da cidade. Ao compreender essas dinâmicas, é possível olhar para além do visível, reconhecendo a importância e imponência desses ambientes que não são apenas construções antigas, mas espaços vivos de produção cultural, socialização e identidade.

Referências

- AUGÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas: Papyrus, 1994.
- BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. Lisboa: Edições 70, 1991.
- CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.
- CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. Volume I: A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. **Espaço e cotidiano: a cidade como espaço de educação**. Campinas: Papyrus, 2015.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 6. ed. São Paulo: Ática, 2004.
- GUATTARI, Félix. **Caosmose: um novo paradigma estético**. São Paulo: Editora 34, 1992.
- HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização e as “regiões-rede”. In: **Congresso Brasileiro de Geografia**, 5, 1994, Curitiba: AGB, Anais, 1994. p. 206-214.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2004.
- MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.
- RIBEIRO, R. A. C. Resistência e identidade no urbano: a black music dita os passos e a apropriação do espaço no Quarteirão do Soul em Belo Horizonte. **GeoTextos**, 2010.
- RELPH, Edward. **Place and placelessness**. London: Pion Limited, 1976.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 2002.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

WENDERS, Wim. A Paisagem urbana. **Revista do IPHAN**, n. 23, p. 174-294, 1994.